

**REGRA DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL PREVISTA NO REGIME FINANCEIRO DAS
AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS (ARTIGOS 40 E 83 DA LEI 73/2013 DE
3 DE SETEMBRO)**

Município: *Ribeira Grande*

Descrição		31-12-2018	30-09-2019
A- Receitas correntes cobradas brutas		17 985 041,01	14 303 354,30
B- Despesas correntes pagas		10 980 240,40	8 790 874,49
C- Saldo corrente ((A)-(B))		7 004 800,61	5 512 479,81
D- Amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo, conforme mapa do endividamento-empréstimos		1 207 686,67	1 182 603,32
E- Diferença ((C)-(D))		5 797 113,94	4 329 876,49
Controlo do cumprimento da regra de equilíbrio	5% das receitas correntes cobradas brutas em 2018 (art 40º, nº3, do RFALEI)	899 252,05	715 167,72
	Conclusão	Cumprimento	Cumprimento

Artigo 40.º do RFALEI

Equilíbrio orçamental

1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de

3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 /prct. das receitas

4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, consideram-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital utilizado

5 - Sem prejuízo dos n.os 1 e 2, para efeitos do disposto no presente artigo, e quanto às autarquias locais e entidades intermunicipais, no momento da revisão orçamental para

6 - Sem prejuízo dos n.os 1 e 2, a parte do saldo de gerência da execução orçamental consignado pode ser incorporada numa alteração orçamental, com a aprovação do Mapa

Artigo 83.º do RFALEI

Equilíbrio orçamental

Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.